



À Ex.ma Senhora

Provedora de Justiça

Professora Doutora Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral

Viseu, em 10 de novembro de 2017

Antes de tudo, gostaríamos de a cumprimentar pelo cargo que agora exerce, bem como desejar os maiores sucessos no desempenho desta nova incumbência.

Permita-nos a apresentação: representamos, com corpos sociais eleitos e como entidade fiscal e jurídica independente, a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Colégio da Via Sacra – APAVISA, logo, todos os Pais e Encarregados de Educação desta Instituição de ensino.

Foi com enorme perturbação e incredulidade que, em fevereiro do corrente ano, recebemos a notícia de que, sem qualquer motivo aparente, dos alunos indicados pela Delegação de Saúde de Viseu para a realização de um rastreio oral (nascidos em 2003, 2006 e 2009), um universo de 240 alunos, apenas 52 foram contemplados pelo Estado.

Os restantes foram discriminatoriamente excluídos (ou expulsos) do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO), um dos maiores avanços sociais do nosso Serviço Nacional de Saúde no que à saúde infantil e juvenil diz respeito.

Com efeito, ao rever a legislação relevante publicada em Diário da República, constatamos que a portaria que atualmente regula o funcionamento daquele programa – a **Portaria n.º 301/2009, de 24 de março** – especifica, logo no seu artigo 2.º, o âmbito de aplicação do mesmo. Particularmente ao assunto que nos leva a dirigir a V. Ex.ª, aquele texto legal enquadra como beneficiários, identificados na alínea c), as “crianças e jovens com idade inferior a 16 anos” sem qualquer tipo de discriminação e ao encontro do princípio constitucional da igualdade – nem o legislador poderia ter escrito de outra forma.



Ora a recente atitude discriminatória (logo, **carente de contexto jurídico e mesmo constitucional**) para com crianças portuguesas de pleno direito enquanto cidadãs, contribuintes

e pertencentes à nova geração de portuguesas e portugueses, levou-nos a questionar a validade e consciência de tal medida.

Naturalmente, na literatura pesquisada para este efeito, é possível encontrar referências a “crianças e jovens em meio escolar da rede pública e instituições particulares de solidariedade social”, mas como demonstrámos, não constitui um grupo beneficiário (ou subgrupo?) com suporte e valor legislativo, na medida em que a expressão apenas surge em despachos diversos e circulares ou memorandos da Direção Geral de Saúde.

Ironicamente, num desses despachos (Despacho n.º 7402/2013, de 7 de junho) até se encontra plasmada, a respeito da fixação do valor dos cheques-dentista, que a sua diminuição é justificada *“... por um lado, sem diminuição do acesso e cobertura da população e, por outro lado, com reforço da cobertura dos jovens de 15 anos completos.”*

Assim,

só nos resta alertar para a **ilegalidade, discriminação, imoralidade e injustiça** de tal medida – incompreensível no enquadramento do nosso SNS e no Bem Maior que é a qualidade de saúde das jovens portuguesas e dos jovens portugueses – aplicada a crianças que tiveram o “azar” de não se encontrarem a estudar inseridas numa “turma financiada” independentemente dos recursos financeiros das suas famílias (sim, também há crianças sem recursos adequados nestas turmas). E aqui temos de realçar o espírito do artigo 3.º da mencionada Portaria.

Pelo que,

a APAVISA – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Colégio da Via Sacra, independente e em representação desta comunidade, vem a apelar à V. boa consciência profissional e ética, sem esquecer as obrigações de cumprimento da legislação a que todos somos obrigados enquanto cidadãos portugueses, para que se reverta a situação exposta e se permita – a TODAS as crianças portuguesas, sem exceção – usufruir dos preciosos serviços básicos de saúde que a tantos custou (e custa) desenvolver e manter.



Ora

Os argumentos supra foram, quase textualmente, remetidos ao Ministério da Saúde, à Administração Regional de Saúde do Centro e aos Serviços Públicos Distritais do Ministério da Saúde (hoje ACeS Dão Lafões) em 15 de fevereiro de 2017 e reiterados a 10 de junho de 2017, Igualmente há evidências de alusões junto do próprio Ministério da Saúde.

Sobre esses factos alerta-se para a documentação anexa à presente missiva.

Igualmente se realça o incumprimento do disposto no artigo 128.º do **Código do Procedimento Administrativo** publicado pelo Decreto Lei n.º 4/2017 em 7 de janeiro, dado que as únicas respostas (se assim podem ser consideradas...) são as patentes nos ditos anexos.

Em suma,

A Direção da APAVISA, em representação de todos os seus associados vem, portanto, a solicitar os bons ofícios dessa Instituição para que haja uma decisão dos Agentes Decisores deste País, no caso, o Ministério da Saúde através da Administração Regional de Saúde do Centro.

Atenciosos Cumprimentos,

(Goreti Freitas, Presidente da APAVISA)

Em anexo: o mencionado

Portaria n.º 301/2009, de 24 de março

Despacho n.º 7402/2013, de 7 de junho